
CONHECIMENTO, UM INSTRUMENTO DE PODER***Telma de Santa Clara Cordeiro****

RESUMO: Examina o paradoxo entre a elevação crescente da produtividade e do avanço tecnológico e as precárias condições de vida da maioria da população. Evidencia o conhecimento como forma de aumentar o poder de barganha das camadas populares no processo de participação social. Aponta a Escola como local privilegiado de sistematização da cultura, que ao tentar romper com a dicotomia "conhecimento científico x saber popular", através do "diálogo dos saberes", se insere no processo de luta pela conquista das liberdades democráticas. Assume a posição de não negar o valor do "saber do povo", nem, da "ciência", mas buscar, através do ato educativo, a superação de seus limites, num processo de construção de um "novo conhecimento", com a garantia de que se dê na direção dos interesses da maioria e por esta seja apropriado, como instrumento de poder.

Na medida em que os homens se relacionam para a produção material, produzem, também, conhecimento. Esta sua forma de agir no mundo, o distingue dos outros animais, por envolver o ato criativo. Não se pode falar da existência de conhecimento animal, mesmo quando se trata do trabalho realizado pela abelha ou da construção do ninho pelo passarinho; são atividades "naturais" meramente repetitivas, no sentido de manter a reprodução da espécie. O conhecimento humano nasce do poder de reflexão que lhe permite armazenar idéias, pelo uso da memória e fazer projeções futuras, não pelo instinto, mas, pela razão.

O conhecimento tem se ampliado como uma grande bola de neve acompanhando a história do desenvolvimento da humanidade, e produzindo-o. O homem pelo seu trabalho tem gerado conhecimentos que têm transformado o mundo e a humanidade, e o próprio conhecimento também.

Utilizam-se, hoje, os métodos mais sofisticados para transformação da natureza em bens a serviço do conforto de alguns homens; criam-se as

* Parte de dissertação defendida em março de 1982, sob o título: "A competência do professor numa perspectiva democrática: limites e possibilidades".

** Professora Assistente do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - Mestre em Educação pela UFPE.

máquinas, os instrumentos que tornam a produção material mais eficaz e o trabalho manual mais eficiente. Os meios de comunicação surpreendem o seu próprio criador, as distâncias são encurtadas a cada dia: fala-se no mesmo momento para os lugares mais distantes do planeta; numa mesma hora, em vários locais se houve a mesma mensagem e se projetam imagens para todo o mundo; os transportes quebram a barreira do som, em velocidade; o sistema de telegrafia cada vez mais aprimorado oferece condições para que haja intercâmbio quase que instantaneamente entre as mais longínquas localidades; até mesmo as expedições espaciais têm sido utilizadas como forma de ampliar o sistema de comunicação e realização de pesquisas para fins, ainda, pouco divulgados. E, sobretudo, a Informática tem sido responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento científico em todas as áreas do conhecimento.

Assiste-se a uma admirável revolução tecnológica, a exemplo da última guerra no Golfo Pérsico (1990), em que se pode vislumbrar um "show" de técnicas, onde os mísseis de grande alcance lançados e monitorizados por computadores de alta precisão davam a impressão de que se assistia a um filme de ficção científica. Acredita-se que a maioria da população ainda não havia tomado consciência de tamanho "progresso".

Na área das ciências médicas, as últimas descobertas promovem a cura de doenças, até pouco tempo consideradas incuráveis; os transplantes de órgãos vitais têm conseguido alongar anos de vida; o uso do "raio laser" nas armas de última geração também tem feito maravilhas no campo da Medicina; a Engenharia Genética tem caminhado numa direção espantosa, vencendo a questão da infertilidade do homem e permitindo até que os pais possam optar pelas características genéticas dos filhos.

Compreende-se que tudo isso só tem sido possível, graças ao trabalho do homem, nas pesquisas que permitem a acumulação de conhecimentos que são gerados nesse trabalho e que vai favorecendo a construção de outros novos conhecimentos.

A verdade é que os avanços têm sido grandes, mas, paradoxalmente, a qualidade de vida da maioria da população vem decaindo dia-a-dia. O conhecimento continua a ser de poucos; daqueles que sendo donos dos meios de produção passam, também, a ser os donos do conhecimento e do usufruto dele (Gorostiaga, 1991).

1. Saber do intelectual e saber do povo

Aos conhecimentos gerados na cotidianidade da ação do homem tem-se denominado "saber popular"; é um saber imediato, fundamenta-se na empiria.

E, ao saber nascido da pesquisa científica, "saber acadêmico", "intelectual", "científico", "sistematizado".

Essa diferença de saberes se levanta sobre a base da divisão entre o trabalho manual, cujo princípio é o esforço físico, a atividade material, e o trabalho intelectual, cuja função é de direção da produção, do poder e do saber na sociedade. Ambas relações são historicamente construídas, onde o trabalho intelectual tem gerado conhecimentos sistemáticos, organizados, com características científicas (Balbín, 1990, p.43).

A comunidade científica estabelece regras, experimentos, comprovações através da pesquisa e os apresenta como critérios de verdade; e não considera o "saber popular" como verdade porque não esteve sujeito às regras estabelecidas por esta comunidade.

O "saber do intelectual" chama para si, com exclusividade o racional, o culto, o sério, o objetivo, o teórico, a validade universal, o patrimônio da humanidade; enquanto ao saber popular se atribui o não válido, o sensorial; quando muito, permanece na dimensão do empírico (Balbín, 1990, p.44).

O conhecimento "elaborado" que se auto-define como "o científico" é identificado com os interesses econômicos, sociais e políticos dos grupos sociais hegemônicos e se reproduz através dos aparatos oficiais de ideologização, quando "tentam fazer com que o ponto de vista particular de classe que exerce a dominação, apareça para todos os sujeitos sociais e políticos como universal e não como interesse particular de uma classe determinada" (Chaul, 1982, p.20).

As formulações acima remetem à questão da existência de lógicas diversas na afirmação dos saberes. Por exemplo, a lógica do poder faz com que as divisões sociais apareçam como "diferenças naturais", correspondentes às condições de vida de cada um. Assim, o discurso do poder se caracteriza pelo ocultamento das contradições, do conflito, "dissimula a dominação e oculta a presença do particular, dando-lhe a aparência do universal" (Chaul, 1982, p.21).

Diante dessas condições, é necessário perceber que o "saber popular" não é um saber arbitrário, nasce da relação que o trabalhador estabelece com o seu ofício, na família, nos cuidados caseiros, no seu bairro, na medida que organiza a sua vida, na relação com os companheiros. Dessa forma, vai elaborando conhecimentos específicos, assim como explicações e respostas sobre a realidade, sobre o mundo; é um saber que tem linguagem e cultura próprias, tem uma compreensão particular da história e um sistema de tradições e valores muito significativos, que tem uma lógica diferente da racional e baseia-se no exemplo, na experiência.

Vale compreender que o "saber popular" também está impregnado do "senso comum" e da ideologia da classe dominante, muitas vezes, aparecendo como "ingênuo" e "folclorizado". Ideologia aqui entendida como um conjunto de idéias dominantes, num determinado momento histórico; e que para Gramsci está presente em todas as atividades humanas, não se traduz apenas no campo da produção de idéias, mas também na prática, seja a cotidiana, seja a "científica".

Em face do exposto, assume-se a posição de não negar os valores do "saber popular", nem, tampouco, mitificar a ciência, mas ter em conta tanto um como outro, sem dogmatizar nenhum.

O fato é que nem o "conhecimento científico", nem o "saber popular" têm dado conta de promover a generalização do bem estar da população. O conhecimento "científico", promovendo a revolução tecnológica, tem trazido grandes benefícios à humanidade, não se pode negar, mas, também, não se pode ignorar que tem favorecido, primordialmente, o aumento das taxas de lucro das camadas proprietárias dos meios de produção; enquanto o "saber popular", por sua vez, quase não tem garantido a sobrevivência dos não proprietários.

Na verdade, é inapropriado estabelecer dicotomia entre o "popular" e o "científico". O que existe, de fato, são saberes gerados nas diversas formas de relação entre os homens e destes com a natureza, em diferentes níveis. Existem saberes no campo artístico, afetivo, religioso... e estes coexistem, convivem simultaneamente nos sujeitos (individuais e sociais); estes saberes são entrelaçados e suas transformações se encontram determinadas umas pelas outras.

O "saber popular" possui elementos "científicos" e o "acadêmico" possui elementos do "saber do povo". O que distingue o "saber popular" da "ciência" é que esta última possui explicitados e sistematizados seus discursos, e a lógica de sua produção.

É fundamental a superação da dicotomia entre saber popular e conhecimento científico; uma vez que, o conhecimento é produzido pela atividade do homem, síntese do trabalho manual e intelectual, independente do nível de sistematização em que se encontre. Resta que seja apropriado pela maioria da população, como garantia da participação nessa sociedade, portanto, como instrumento de poder.

2. Diálogo dos Saberes

O diálogo dos saberes, através do ato educativo e da pesquisa, propõe romper, no processo de produção do conhecimento, a relação de dependência

entre intelectual e povo; o que não significa cair no "populismo", considerando que o único capaz de proceder a análise da realidade é o povo; nem, também, significa afirmar que esse rompimento é algo que se dá pela simples vontade e de forma imediata; como também, não é um processo que aconteça de igual forma e na mesma intensidade em qualquer circunstância, independente das características do grupo popular e do intelectual.

É necessário, também, compreender que o diálogo de saberes poderá se dar em todo processo educativo, incluindo diversas práticas pedagógicas, mas, que, só num processo continuado e longo pode-se falar de criação de um "novo conhecimento". O que corresponderá à elaboração do discurso crítico, como a "via pela qual a contradição ideológica se ponha em movimento e destrua a construção imaginária" (Chauí, 1982, p.22); o "conhecimento emergente" se faz pela elaboração de um discurso negativo que nasce no interior do discurso vigente. Isto significa dizer que o "novo conhecimento" emerge no interior do "velho conhecimento", no momento em que os sujeitos, enquanto investigadores de si mesmos, se confrontam diante da realidade buscando respostas a partir dos seus saberes.

Vale compreender que "o conhecimento não é absoluto e que a verdade que ele nos dá é sempre uma verdade aproximada" (Cardoso, 1978, p. 25), constituindo-se num processo de construção permanente, numa dimensão de complementariedade entre o "novo" e o "velho" conhecimento, nos diversos níveis de sua existência.

Não se pode reduzir o ato educativo à transmissão de um saber de alguém que sabe a outro que não sabe, onde um é o sujeito e o outro é objeto do ato educativo; "é necessário reconhecer a existência de dois sujeitos que concorrem ao ato educativo e a existência de um diálogo entre eles" (Balbin, 1990, p.42).

Não se trata de substituir uma mentalidade por outra; nem criticar um saber para justapor outro saber, "o diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre a sua realidade tal como a fazem e refazem" (Freire e Shor, 1986, p.123); quando os indivíduos se comunicam dialogicamente uns com os outros, encontram-se explicações mais consistentes sobre a realidade e tomam-se mais aptos a interferir nela, "são capazes de saber que sabem - o que sabem e o que não sabem - que é algo mais do que só saber" (Freire e Shor, 1986, p.123). Nesse processo de comunicação, põe-se em jogo lógicas divergentes de produção de conhecimento e, para que se estabeleça um intercâmbio dos saberes é necessário que haja empatia entre os dialogantes, que existam pontos de contatos, que circulem os conhecimentos entre ambas matrizes culturais (Balbin, 1990, p.47). Assim, o problema do diálogo de saberes

não é uma questão de saber utilizar metodologias mais dinâmicas e participativas, mas do intelectual reconhecer que o outro sujeito que participa no ato educativo tem algo a dizer, tem consciência, sua história, sua cultura (Balbín, 1990, p.47) que se incluem no movimento de criação do conhecimento, da história.

Vale ressaltar que o conhecimento se apresenta como estratégia de poder, nessa sociedade, na medida em que permite a participação político-social dos sujeitos que, além de concorrer para a sua elaboração, dele se apropriam. Desta forma, a educação escolar, como instância privilegiada de organização da cultura, vincula-se à luta pela distribuição do conhecimento, numa perspectiva democrática, quando permite que o "ensino se dê através de um movimento no qual ocorre uma relação de troca - um diálogo - entre o pensamento do aluno e do professor" (Pinto, 1991,p.33); pois, o diálogo é a afirmação do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e re-conhecer o objeto de estudo.

Diante do exposto, vale esclarecer que a relação dos sujeitos na prática pedagógica escolar é uma relação desigual; como diz Saviani (1985, p.75), "Os alunos sentem e sabem a prática social em um nível sincrético e os professores em um nível de síntese precária". Mas, isto não significa julgar o professor como detentor da verdade, nem, tampouco exigir que renuncie ao seu saber. Na verdade a exigência é de que professor e alunos, conjuntamente, reinventem o conhecimento, construam uma "nova síntese" a partir de suas próprias concepções. Portanto, "o diálogo libertador é uma comunicação democrática, que invalida e reduz a obscuridade, ao afirmar a liberdade dos participantes de refazer sua cultura" (Freire e Shor, 1986,p.123).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALBÍN, Jesus. El Diálogo de Saberes. In: MARÍN, Germán (Compilador). Del Mesianismo y El Populismo el Diálogo de Saberes. Revista APORTES 33. Bogotá, Dimension Educativa, pp. 41-49, 1990.
- CORDEIRO, Telma de Santa Clara. A competência do professor numa perspectiva democrática: limites e possibilidades. Recife. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, UFPE, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 3.ed. São Paulo, Moderna, 1982.

- FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia: O cotidiano do professor. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- GOROSTIAGA, Xavier. América Latina em face dos desafios globais, Cadernos dos CEAS (135) Salvador, set/out. 1991.
- PINTO, M.Elizabeth V. "Para Além da Grade Curricular". In: Revista do Sindicato dos Trabalhadores em Educação 1, Recife, SINTEPE, p.32-36, 1991.
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 7.ed. São Paulo, Cortez, 1985.